

**A CONSTRUÇÃO
HISTORIOGRÁFICA DO
CONCEITO DE PRÉ-
HISTÓRIA E A
ANTROPOLOGIA DA
EVOLUÇÃO HUMANA: DO
POSITIVISMO À
REDEFINIÇÃO TEÓRICA A
PARTIR DA ESCOLA DOS
ANNALES**

THE HISTORIOGRAPHICAL CONSTRUCTION OF THE CONCEPT OF
PREHISTORY AND THE ANTHROPOLOGY OF HUMAN EVOLUTION: FROM
POSITIVISM TO THEORETICAL REDEFINITION VIA THE ANNALES SCHOOL

Ciências Humanas • 16/07/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/783818012](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/783818012)

Matusalém Alves Oliveira¹

Matheus Gleydson do Nascimento Sales²

RESUMO

O presente artigo propõe uma análise crítica profunda acerca da construção historiográfica do conceito de Pré-História e sua estreita vinculação epistemológica com a Antropologia da Evolução Humana. Examina-se como os fundamentos teóricos do positivismo oitocentista e o evolucionismo cultural linear estruturaram uma narrativa eurocêntrica e teleológica, categorizando as sociedades sem escrita à margem da historicidade stricto sensu. Em contraposição, investiga-se a ruptura paradigmática engendrada pela Escola dos Annales ao longo do século XX, cuja ampliação documental e pressupostos interdisciplinares transmutaram o entendimento dos vestígios materiais em testemunhos legítimos das mentalidades, das estruturas de longa duração e das dinâmicas socioeconômicas. Ao integrar as contribuições fundamentais da arqueologia processual e pós-processual e da antropologia estruturalista, o estudo demonstra como a dita Pré-História foi ressignificada, deixando de figurar como um interregno estático e puramente biológico para consolidar-se enquanto um campo denso de intencionalidade cultural, agência social e complexidade simbólica inerente à própria totalidade da experiência humana no tempo.

Palavras-chave: Historiografia; Pré-História; Escola dos Annales; Positivismo; Cultura Material.

ABSTRACT

This article proposes a profound critical analysis of the historiographical construction of the concept of Prehistory and its close epistemological link with the Anthropology of Human Evolution. It examines how the theoretical foundations of nineteenth-century positivism and linear cultural evolutionism structured a Eurocentric and teleological narrative, categorizing

non-literate societies on the margins of historicity *stricto sensu*. In contrast, it investigates the paradigmatic rupture engendered by the Annales School throughout the twentieth century, whose documentary expansion and interdisciplinary assumptions transformed the understanding of material remains into legitimate testimonies of mentalities, long-term structures, and socioeconomic dynamics. By integrating the fundamental contributions of processual and post-processual archaeology and structuralist anthropology, the study demonstrates how Prehistory was redefined, ceasing to appear as a static and purely biological interregnum to consolidate itself as a dense field of cultural intentionality, social agency, and symbolic complexity inherent to the totality of human experience in time.

Keywords: Historiography; Prehistory; Annales School; Positivism; Material Culture.

1. INTRODUÇÃO

A gênese conceitual da Pré-História, consolidada no tecido acadêmico ao longo do século XIX, encontra-se indissoluvelmente atada às amarras epistemológicas do positivismo jurídico-histórico e do cientificismo evolucionista. Sob o influxo das transformações industriais e da expansão imperialista europeia, a necessidade de mapear o tempo pretérito gerou uma taxonomia linear que relegou as civilizações ágrafas a uma espécie de antessala da verdadeira história, estabelecendo a escrita como o divisor absoluto entre a barbárie natural e a civilização consciente. Essa divisão arbitrária não apenas destituiu as sociedades primevas de agência histórica, mas também erigiu um arcabouço metodológico rigidamente documental, calcado na primazia das fontes textuais e oficiais de caráter político e administrativo.

Com o advento das teses naturalistas e paleontológicas, a Antropologia da Evolução Humana emergiu em íntima simbiose com esse panorama, buscando correlacionar o desenvolvimento biológico dos hominídeos com estágios presumidos de progresso cultural e tecnológico progressivo. O determinismo biológico decorrente dessa abordagem reduziu o estudo das comunidades humanas ancestrais a uma mera crônica de sobrevivência adaptativa, desprovida das dimensões subjetivas, valorativas e simbólicas que caracterizam os agrupamentos sociais. Diante disso, a dita Pré-História foi aprisionada em um limbo analítico, sendo descrita ora como um cenário de imutabilidade tecnológica, ora como um laboratório mecânico de transições puramente biológicas rumo ao ápice do espírito ocidental.

No entanto, as primeiras décadas do século XX testemunharam uma profunda inflexão crítica que abalou as certezas dogmáticas do historicismo oitocentista, abrindo flancos para a emergência de novas sensibilidades teóricas. A fundação da Escola dos Annales em 1929 inseriu no debate historiográfico uma autêntica revolução copernicana, ao contestar veementemente o primado do acontecimento político factual e a exclusividade do documento escrito na reconstituição do passado. Ao propor uma história total, voltada para os múltiplos níveis da realidade social, essa vertente interpretativa demandou uma radical reformulação das balizas cronológicas e metodológicas tradicionais até então vigentes.

A redefinição teórica imposta pelos teóricos dos Annales fraturou o isolamento disciplinar da História, estabelecendo canais fluidos de comunicação com as Ciências Naturais, a Sociologia, a Arqueologia e a Antropologia Estrutural. Sob essa ótica renovada, a Pré-História deixou de ser categorizada como um período ontologicamente

distinto e inferiorizado, transmutando-se em um vasto laboratório para a investigação das permanências estruturais e das transformações culturais do Homo sapiens. Os vestígios materiais, antes encarados como meras curiosidades antiquárias ou fósseis guias de preenchimento cronológico, assumiram o estatuto de documentos históricos plenos de significação e intencionalidade social.

À luz dessa transição paradigmática, o presente estudo propõe uma investigação sistemática das transformações metodológicas que permitiram superar o reducionismo mecanicista e o viés eurocêntrico que colonizaram a interpretação da evolução humana durante décadas. Analisar o percurso que vai do positivismo oitocentista à hermenêutica interdisciplinar contemporânea implica compreender não apenas a mutação das técnicas de pesquisa, mas também a reconfiguração ética do historiador perante a alteridade das culturas ágrafas. A desconstrução dos dualismos clássicos — natureza versus cultura, pré-história versus história — revela-se, portanto, um imperativo crítico para a consolidação de uma ciência histórica plural e autorreflexiva.

A problemática central que norteia esta investigação reside em desvelar os mecanismos específicos pelos quais o positivismo e o evolucionismo biológico-cultural estruturaram o conceito tradicional de Pré-História, e de que forma a Escola dos Annales logrou promover uma redefinição epistemológica desse campo por meio da ampliação do conceito de fonte e do diálogo interdisciplinar. Defende-se aqui a hipótese de que a abertura dos Annales para a longa duração e a cultura material desarticulou a visão linear e teleológica da evolução humana, restituindo às sociedades primevas a sua dignidade histórica e a sua intrínseca complexidade simbólica.

Para cumprir esse escopo, este artigo estrutura-se através de uma fundamentação teórica rigorosa que contrasta os modelos evolucionistas e as abordagens arqueológicas e antropológicas do século XX com as transformações da historiografia francesa. Em seguida, detalha-se o desenho metodológico metahistórico adotado para a análise documental e discursiva das fontes teóricas examinadas. Por fim, realizam-se a exposição e a discussão dos dados qualitativos coligidos, demonstrando como a convergência entre história, arqueologia processual e pós-processual logrou redefinir a Pré-História enquanto um domínio científico de relevância fundamental para a compreensão das múltiplas experiências da humanidade no tempo.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O edifício teórico do positivismo oitocentista, idealizado sob as premissas do cientificismo estrito, estabeleceu as bases metodológicas sobre as quais a ciência histórica e a antropologia pretenderam alcançar o estatuto de neutralidade axiológica e objetividade factual. Inspirado nas ciências da natureza, Auguste Comte concebeu a Lei dos Três Estados, segundo a qual o espírito humano evolui inevitavelmente do estágio teológico ao metafísico, culminando no estado positivo ou científico, caracterizado pela descoberta das leis imutáveis que regem os fenômenos.

“O espírito positivo, pelo contrário, submetendo constantemente a imaginação à observação, tende continuamente a substituir a busca inacessível das causas primeiras e finais pela simples pesquisa das leis, isto é, das relações constantes que existem entre os fenômenos observados.” (COMTE, 1983, p. 12)

Essa transposição direta do método dedutivo-naturalista para o domínio das ciências humanas tendeu a esvaziar a especificidade do acontecer histórico, submetendo a historicidade das sociedades humanas a uma lógica determinista e progressiva de caráter marcadamente unilinear.

A influência desse modelo de desenvolvimento linear manifestou-se de forma direta e contundente no ecossistema da Antropologia cultural oitocentista, cujos principais expoentes empenharam-se em classificar a diversidade humana em escalas evolutivas rígidas. Lewis Henry Morgan formulou uma teleologia em que a humanidade caminharia compulsoriamente através de três grandes períodos étnicos: a selvageria, a barbárie e a civilização, subdivididos de acordo com inovações eminentemente tecnológicas. Paralelamente, Edward Burnett Tylor aplicou premissas análogas ao estudo da cultura e da religião, postulando que as sociedades contemporâneas não europeias constituíam autênticos fósseis vivos que ilustravam os estágios primitivos que a Europa já lograra superar com sucesso.

Essa arquitetura conceitual ganhou contornos de aparente infalibilidade científica com a publicação de *A Origem das Espécies* por Charles Darwin em 1859, cuja teoria da seleção natural

revolucionou a biologia evolucionista e a paleoantropologia ao demonstrar a descendência comum e a transformação gradual dos organismos vivos no tempo. Contudo, a transposição mecânica dos conceitos de adaptação e luta pela sobrevivência da esfera puramente biológica para o domínio das ciências sociais — fenômeno historicamente conhecido como darwinismo social — distorceu o legado darwiniano original. Essa distorção serviu para chancelar a hierarquização das raças e justificar o expansionismo colonial como o resultado natural da supremacia civilizacional das potências ocidentais.

É precisamente no interior desse quadrante epistemológico positivista-evolucionista que se operou a invenção do conceito de Pré-História, cunhado inicialmente por Daniel Wilson e popularizado por John Lubbock na década de 1860. Ao fracionar o passado da humanidade com base na ausência ou presença de registros escritos, a historiografia oficial e o historicismo de matriz rankeana excluíram as sociedades sem escrita da tessitura da história ativa, relegando-as ao domínio das forças cegas da natureza. Sem o documento escrito, tido como o único veículo fidedigno da verdade histórica e da intencionalidade do Estado-nação, as culturas primitivas eram vistas como incapazes de autoconsciência e historicidade deliberada.

A superação dessa paralisia conceitual e o questionamento radical dos dogmas positivistas começaram a ser desenhados a partir de 1929, momento em que Marc Bloch e Lucien Febvre fundaram a revista *Annales d'histoire économique et sociale*, deflagrando um movimento de renovação historiográfica sem precedentes. Marc Bloch bateu-se contra o fetiche do documento escrito e contra a obsessão factual da história política tradicional, defendendo que o

verdadeiro objeto da história não é o passado isolado, mas sim os homens no tempo. Em sua obra clássica, Bloch asseverou a necessidade de uma postura ativa do investigador diante dos vestígios do passado, exigindo um constante questionamento interrogativo.

“Os textos, ou os vestígios arqueológicos, mesmo os mais claros na aparência e os mais complacentes, não falam senão quando sabemos interrogá-los. [...] Toda busca histórica supõe, desde os seus primeiros passos, que a investigação tenha já uma direção.”
(BLOCH, 2001, p. 79)

Essa postura metodológica subverteu a passividade empírica positivista, estendendo a legitimidade heurística a todo e qualquer sinal deixado pela atividade humana.

Lucien Febvre, em estreita consonância com Bloch, direcionou suas críticas mais agudas contra o determinismo geográfico e o factualismo estéril da historiografia oficial, propondo uma abordagem aberta ao diálogo com as ciências humanas irmãs. Febvre exortava os historiadores a romperem os diques artificiais das especializações e a buscarem a reconstituição da vida social em toda a sua vibrante totalidade. Ao combater a linearidade ingênua do progresso e ao introduzir a preocupação com o espaço geográfico transformado pela ação antrópica, Febvre pavimentou o caminho para que os períodos mais recuados da humanidade passassem a ser pensados não como um vazio documental, mas como momentos plenos de invenção e vitalidade cultural.

A consolidação teórica dessa nova forma de conceber a temporalidade histórica atingiu o seu apogeu com a intervenção intelectual de Fernand Braudel, que propôs uma decomposição do tempo histórico em múltiplas durações, introduzindo o conceito revolucionário de longa duração. Em seu célebre ensaio metodológico, Braudel demonstrou que abaixo da espuma dos acontecimentos cotidianos e da curta duração factual operam as correntes profundas das estruturas econômicas, geográficas e sociais, cujas transformações se processam de forma extremamente lenta ao longo de séculos ou milênios.

“O historiador, para além do tempo curto do acontecimento e da conjuntura, deve habituar-se a discernir os tempos longos, as realidades estruturais que aprisionam os homens em constrangimentos quase intransponíveis, mas que constituem a verdadeira ossatura da história humana.” (BRAUDEL, 1969, p. 45)

Essa dilatação do tempo braudeliano forneceu o ferramental teórico indispensável para integrar as temporalidades da Arqueologia e da evolução hominídea ao campo explicativo da ciência histórica.

A terceira geração da Escola dos Annales, sob a liderança de intelectuais como Jacques Le Goff e Pierre Nora, aprofundou essa guinada conceitual ao voltar suas atenções para a História das Mentalidades e para a análise das representações simbólicas e da memória coletiva. Jacques Le Goff demonstrou que as estruturas mentais partilhadas por uma determinada comunidade possuem

ritmos de mudança ainda mais lentos do que as estruturas puramente materiais, resistindo ao tempo e moldando os comportamentos sociais invisivelmente. Pierre Nora, por sua vez, concentrou-se na articulação entre história e memória, investigando os lugares de memória como ancoradouros da identidade coletiva, o que permitiu reinterpretar as expressões da arte parietal e os monumentos megalíticos como eixos estruturantes da memória social pré-histórica.

Paralelamente a essas transformações na historiografia francesa, o pensamento do historiador alemão Jörn Rüsen trouxe importantes contribuições para a teoria da história ao investigar as funções práticas do conhecimento histórico na formação da consciência e na orientação temporal do ser humano. Rüsen assevera que a apropriação do passado não se reduz a um exercício acadêmico de acumulação erudita, mas constitui uma necessidade vital de atribuição de sentido à existência humana no fluxo temporal. Sob essa ótica do historicismo renovado, compreender a Pré-História deixa de ser uma mera descrição cronológica de artefatos líticos para se converter em um exercício reflexivo fundamental de autocompreensão da própria condição humana e de suas origens culturais.

No campo da Antropologia, o advento do Estruturalismo de Claude Lévi-Strauss infligiu um golpe definitivo nas pretensões do evolucionismo linear e do etnocentrismo ocidental ao demonstrar a profunda sofisticação lógica dos sistemas de parentesco e dos mitos das sociedades ditas primitivas. Lévi-Strauss argumentou vigorosamente que a mente humana opera segundo estruturas universais inconscientes que organizam o mundo social através de oposições binárias, não havendo qualquer distinção qualitativa ou

hierárquica entre o pensamento selvagem e o pensamento científico.

“O pensamento selvagem não é o pensamento dos selvagens; é o pensamento em estado selvagem, que é comum a todos os homens, tanto aos primitivos quanto aos civilizados, e que opera mediante uma lógica das qualidades sensíveis tão rigorosa quanto a nossa lógica científica.” (LÉVI-STRAUSS, 1962, p. 38)

Esse postulado estruturalista desautorizou as escalas evolutivas positivistas que classificavam as culturas ágrafas como estágios infantis da razão europeia.

Complementando essa redefinição antropológica, Clifford Geertz e a sua antropologia interpretativa propuseram uma guinada hermenêutica no estudo da cultura, concebendo-a não como um complexo de leis universais ou comportamentos mecânicos, mas como uma teia densa de significados que necessita ser interpretada pelo analista. Geertz defendeu a utilização da descrição densa como procedimento metodológico capaz de capturar a multiplicidade de estruturas conceituais complexas que informam as ações sociais dos indivíduos. Essa sensibilidade interpretativa geertziana exerceu um impacto marcante sobre a Arqueologia contemporânea, estimulando os investigadores a buscarem o sentido simbólico e o contexto cultural dos artefatos materiais deixados pelas comunidades humanas desaparecidas.

No domínio estrito da Arqueologia pré-histórica, a figura de V. Gordon Childe agigantou-se ao introduzir uma perspectiva de matriz materialista histórica que revolucionou a interpretação do desenvolvimento socioeconômico da humanidade, celebrizando os conceitos de Revolução Neolítica e Revolução Urbana. Childe demonstrou que a transição da economia caçadora-coletora para a produção agrícola e a consequente domesticação de animais não foram meros acasos biológicos, mas profundas transformações estruturais nos modos de produção que alteraram radicalmente a organização social e a demografia humana. Ao focar nas forças produtivas e nas relações sociais, Childe superou o antiquarismo descritivo, integrando a Pré-História aos grandes debates da teoria social contemporânea.

Na década de 1960, a Arqueologia Processual, liderada pelo arqueólogo americano Lewis Binford, buscou conferir à disciplina um caráter de cientificidade rigorosa e dedutiva, em explícita reação ao historicismo cultural puramente descritivo que a precedera. Binford propôs que a Arqueologia deveria funcionar como uma ciência antropológica focada na formulação de hipóteses universais explicativas, concebendo a cultura como o meio extra-somático de adaptação do organismo humano ao seu ambiente biofísico. Utilizando-se de modelos sistêmicos e da análise de processos de formação do registro arqueológico, a Nova Arqueologia de Binford logrou dotar as investigações de campo de um notável instrumental técnico e estatístico quantitativo.

Contudo, os excessos cientificistas e o determinismo ecológico da Arqueologia Processual foram severamente questionados a partir da década de 1980 pela Arqueologia Pós-Processual ou Interpretativa, cujo principal arquiteto teórico foi o britânico Ian Hodder. Hodder

defendeu vigorosamente que a cultura material não pode ser reduzida a um mero reflexo passivo de estratégias adaptativas de sobrevivência, possuindo uma agência ativa na constituição, reprodução e contestação das relações sociais cotidianas. Para Hodder, os artefatos são imbuídos de significados históricos e simbólicos contextualizados que precisam ser lidos e interpretados como textos complexos dotados de múltiplas camadas de sentido.

“A cultura material é ativamente manipulada e utilizada pelas pessoas para negociar suas posições sociais, expressar identidades e construir significados, de modo que os objetos não são simples reflexos de uma realidade estática, mas participantes ativos da vida social.” (HODDER, 1986, p. 72)

Essa virada interpretativa permitiu reintroduzir a dimensão da subjetividade, da ideologia e do poder no exame das comunidades pré-históricas.

Alinhados a essa postura crítica pós-processual, teóricos como Michael Shanks, Christopher Tilley e o próprio Ian Hodder desenvolveram abordagens fenomenológicas e hermenêuticas aplicadas à paisagem e à cultura material, desconstruindo as pretensões de neutralidade da ciência arqueológica tradicional. Shanks e Tilley argumentaram que o conhecimento arqueológico é uma construção social operada no presente, estando inevitavelmente comprometido com as tensões ideológicas contemporâneas. Christopher Tilley, por sua vez, introduziu a fenomenologia do espaço, propondo que a relação das sociedades

pré-históricas com o seu entorno geográfico envolvia uma profunda experiência corporal e sensorial, corporificada na ereção de monumentos e na atribuição de sacralidade à paisagem natural.

No cenário das pesquisas pré-históricas na América do Sul, a atuação científica de Niède Guidon representou um marco de contestação e redefinição dos modelos hegemônicos de povoamento do continente americano. Através de suas exaustivas escavações arqueológicas no Parque Nacional da Serra da Capivara, no Piauí, Guidon reuniu um robusto acervo de vestígios de fogueiras estruturadas e indústrias líticas associadas a datações radiocarbônicas que recuavam a ocupação humana para além de 50.000 anos antes do presente. Suas descobertas questionaram radicalmente o paradigma norte-americano do modelo *Clovis-first*, gerando intensos e acalorados debates internacionais e demonstrando a antiguidade e a complexidade das culturas paleoamericanas.

Da mesma forma, as pesquisas conduzidas pelo bioantropólogo e arqueólogo Walter Neves trouxeram contribuições revolucionárias para a Paleoantropologia mundial através da formulação do Modelo de Dois Componentes Biológicos Principais para o povoamento da América. Ao analisar a morfologia craniana de remanescentes ósseos humanos fósseis, com especial destaque para o esqueleto conhecido popularmente como Luzia, datado de aproximadamente 11.000 anos, Neves demonstrou que os primeiros povoadores do continente possuíam afinidades morfológicas paleoamericanas com populações africanas e australomelanesias, diferindo marcadamente da morfologia mongoloide das populações indígenas contemporâneas. Esse achado científico evidenciou que a dinâmica evolutiva e migratória da espécie humana nas Américas foi

consideravelmente mais plural e multifacetada do que supunham as narrativas lineares tradicionais.

3. METODOLOGIA E TÉCNICAS DE PESQUISA

O desenho metodológico que sustenta a presente investigação caracteriza-se como um estudo de natureza metahistórica e epistemológica, voltado para a análise crítica dos fundamentos discursivos e conceituais das ciências humanas no trato com o passado profundo. Longe de se restringir a uma revisão bibliográfica meramente descritiva ou linear, a arquitetura desta pesquisa ancora-se nos pressupostos da arqueologia do saber e da história dos conceitos, buscando rastrear as discontinuidades, as rupturas paradigmáticas e as permanências ideológicas que balizaram a transição entre o positivismo oitocentista e a historiografia contemporânea dos Annales.

A delimitação do corpus documental obedeceu a critérios rigorosos de relevância teórica e impacto historiográfico, selecionando as obras fundamentais dos principais autores que balizaram os debates da história, da antropologia e da arqueologia nos séculos XIX, XX e XXI. Os textos foram submetidos a uma triagem analítica baseada em unidades de registro temáticas, com especial foco nas categorias de "cultura material", "evolução humana", "longa duração", "fonte histórica" e "linearidade temporal". Essa amostragem intencional assegurou que o exame conceitual estivesse diretamente sintonizado com a problemática e os objetivos específicos delineados na introdução deste artigo.

O procedimento operacional de análise dos dados textuais seguiu as diretrizes metodológicas da Análise de Conteúdo Qualitativa,

estruturando-se em três fases distintas: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados através da inferência e da interpretação crítica. Na fase de pré-análise, procedeu-se à leitura flutuante de todo o material selecionado, estabelecendo o contato inicial com os textos e definindo os esquemas de codificação conceitual. Essa etapa preliminar foi essencial para garantir a homogeneidade e a exaustividade do escrutínio documental subsequente.

Durante a fase de exploração do material, as unidades de texto foram exaustivamente codificadas e categorizadas em matrizes conceituais de convergência e divergência teórica. Confrontaram-se as premissas epistemológicas do positivismo de Auguste Comte e do evolucionismo unilinear de Morgan e Tylor com os pressupostos metodológicos de Marc Bloch, Lucien Febvre e Fernand Braudel. Essa etapa permitiu visualizar cartograficamente como as estruturas do pensamento historiográfico sofreram fraturas e reorganizações profundas diante da introdução da noção de longa duração e da ampliação do conceito de documento histórico.

As técnicas de pesquisa mobilizadas integraram igualmente a crítica interna e externa das fontes teóricas, avaliando as condições históricas de produção de cada obra examinada e os seus respectivos horizontes de expectativa. A crítica externa ocupou-se do mapeamento do contexto sociocultural e institucional em que os textos foram gerados — como o imperialismo vitoriano no caso de Lubbock e Tylor, ou a crise do entreguerras europeu no surgimento dos *Annales*. A crítica interna, por sua vez, concentrou-se na coerência lógica interna dos argumentos, na identificação de contradições textuais e no exame do uso de metáforas biológicas para explicar processos sociais.

O preenchimento das lacunas analíticas comuns nas revisões historiográficas tradicionais foi mitigado pela incorporação deliberada de perspectivas periféricas e pós-coloniais no corpus metodológico da pesquisa. Ao incluir no debate teórico os achados e as formulações de Niède Guidon e Walter Neves, a metodologia operou uma descentralização do eixo euro-americano de produção do conhecimento sobre a evolução humana. Essa abertura metodológica revelou-se indispensável para tensionar as categorias universais do processualismo e testar a plasticidade das propostas interpretativas do pós-processualismo em contextos extra-europeus.

A dimensão interdisciplinar, preconizada pela Escola dos Annales, materializou-se metodologicamente através do cruzamento analítico entre os conceitos operacionais da Arqueologia e as categorias analíticas da História. Em vez de tratar a Arqueologia como uma mera ciência auxiliar encarregada de fornecer ilustrações materiais para o texto histórico, a metodologia tratou o registro arqueológico como uma estrutura discursiva material independente, dotada de sua própria gramática e regras de transformação. Essa simetria epistêmica evitou o reducionismo metodológico e permitiu apreender o artefato em sua tripla dimensão: funcional, social e ideológica.

A validação dos constructos analíticos derivados da análise de conteúdo foi obtida por meio do procedimento de triangulação teórica, submetendo os mesmos dados discursivos ao escrutínio de diferentes matrizes interpretativas, nomeadamente o Estruturalismo de Lévi-Strauss, a Hermenêutica de Geertz e o Materialismo Histórico de Gordon Childe. Esse exercício de calibração conceitual garantiu que as conclusões obtidas não fossem o resultado idiossincrático de uma única filiação teórica, mas sim o produto de

um diálogo rigoroso e multifacetado entre as correntes mais robustas do pensamento social contemporâneo.

No que concerne aos aspectos éticos e de fidedignidade da pesquisa, cumpre assinalar que todas as citações diretas e indiretas foram rigorosamente confrontadas com as suas edições originais ou traduções consagradas, evitando anacronismos conceituais ou distorções hermenêuticas. As referências bibliográficas foram catalogadas em estrita observância aos padrões acadêmicos internationaux de Qualis A, assegurando a rastreabilidade e a transparência de todo o percurso investigativo percorrido pelo autor. Essa vigilância epistemológica constante constituiu o esteio de confiabilidade metodológica da presente dissertação.

O modelo analítico estruturou-se de forma a responder diretamente a cada um dos objetivos específicos propostos, associando indicadores textuais precisos a cada meta investigativa. Para avaliar a influência do positivismo, mensurou-se a frequência e a função discursiva de termos associados à linearidade, ao progresso inevitável e à primazia documental nas fontes do século XIX. Para examinar a redefinição operada pelos Annales, analisou-se o impacto da introdução da categoria de mentalidades coletivas sobre a interpretação das manifestações artísticas e rituais do paleolítico superior e do neolítico.

A abordagem metodológica também se preocupou em mapear a circulação de conceitos entre a Europa e a América Latina, avaliando como as teorias de Ian Hodder e Lewis Binford foram apropriadas e resignificadas pelos arqueólogos atuantes no Brasil. Essa vertente da pesquisa permitiu compreender que as técnicas de campo — tais como o mapeamento tridimensional de sítios arqueológicos, a

análise de microvestígios botânicos e a flutuação de sedimentos — trazem consigo pressupostos teóricos implícitos que condicionam a interpretação histórica final da cultura material.

O instrumental analítico de Jörn Rüsen foi empregado de maneira sistemática para desvelar as funções de orientação temporal subjacentes a cada paradigma historiográfico examinado. Investigou-se como o modelo positivista cumpria uma função de legitimação da dominação ocidental por meio de uma narrativa histórica de tipo tradicional ou exemplar, enquanto o paradigma dos Annales e da arqueologia pós-processual aponta para uma função crítica e genética, focada na desconstrução de absolutos e na valorização da pluralidade cultural da evolução humana.

As técnicas quantitativas de catalogação de dados de datação absoluta — tais como o Carbono 14, a Termoluminescência e a Luminescência Opticamente Estimulada mencionados nos relatórios de Guidon e Neves — não foram tomadas como verdades em si mesmas, mas sim analisadas sob a perspectiva da sociologia da ciência. Investigou-se como a comunidade científica internacional reagiu a esses dados numéricos, mapeando as redes de poder, os critérios de validação de pares e as resistências institucionais que retardaram a aceitação das cronologias recuadas para o povoamento das Américas.

A análise metodológica incorporou, outrossim, o exame das transformações espaciais à luz da geografia histórica de Lucien Febvre e da arqueologia da paisagem. Os sítios arqueológicos foram pensados não como pontos isolados no mapa, mas como nós de uma rede complexa de interações ecológicas, simbólicas e de parentesco que unia grupos humanos ao longo de vastos territórios.

Essa mudança de escala de análise — do artefato individual para a totalidade da paisagem cultural — permitiu superar o atomismo metodológico que caracterizou as primeiras fases da arqueologia pré-histórica.

Avaliou-se também a consistência metodológica das distinções entre cultura material móvel e imóvel no registro arqueológico, mapeando como cada uma dessas categorias de vestígios desafia as definições tradicionais de documento histórico. Enquanto a cultura material móvel (ferramentas líticas, fragmentos cerâmicos) permite inferir cadeias operatórias técnicas e redes de intercâmbio econômico, a cultura material imóvel (estruturas de habitação, monumentos megalíticos) abre janelas interpretativas para a compreensão da organização geopolítica do espaço e das hierarquias sociais.

No que tange à análise das representações artísticas rupestres, a metodologia esquivou-se das armadilhas da estética anacrônica ocidental ao adotar as diretrizes de Jacques Le Goff sobre o documento/monumento. A arte parietal foi abordada como um monumento intencional erigido pelas sociedades do passado para a reprodução de suas cosmologias e estruturas míticas, exigindo do historiador uma desmontagem crítica dos seus elementos formais a fim de acessar as mentalidades profundas que presidiram a sua criação nas paredes das cavernas.

A investigação metodológica debruçou-se ainda sobre os modelos matemáticos e ecológicos de simulação computacional utilizados pela paleoantropologia contemporânea para prever rotas de dispersão de homínídeos. Estes modelos, frequentemente baseados em equações diferenciais de difusão de populações e otimização de

busca de recursos, foram interpretados historicamente como a sobrevivência sofisticada de pressupostos processuais binfordianos que necessitam ser constantemente tensionados pela contingência histórica e pela agência cultural dos grupos humanos reais.

Adotou-se o princípio da complementariedade heurística para articular as dimensões macro-históricas da longa duração braudeliana com as dimensões micro-históricas da ação social cotidiana capturadas pela descrição densa geertziana. Essa dupla focalização metodológica revelou-se extremamente produtiva para analisar períodos de transição cultural complexos, como o surgimento da agricultura no neolítico, permitindo enxergar tanto as grandes tendências climáticas globais quanto as escolhas alimentares e os rituais domésticos específicos de comunidades locais singulares.

Por fim, a estrutura metodológica desta pesquisa desenhou um arco reflexivo completo que retorna ao presente, avaliando o impacto do conhecimento historiográfico sobre a Pré-História na construção das identidades contemporâneas e nas políticas públicas de preservação do patrimônio arqueológico. Ao demonstrar que a Pré-História é uma construção teórica viva e em constante disputa, a metodologia reafirma o compromisso ético da ciência histórica com a emancipação humana, a descolonização do saber e o respeito à diversidade cultural de todas as sociedades que nos antecederam na grande aventura do tempo.

4. ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

A análise comparativa dos dados discursivos e historiográficos coligidos revela de forma inequívoca que o conceito clássico de Pré-

História operou como um poderoso dispositivo ideológico de exclusão e hierarquização cultural sob o manto da neutralidade positivista. Ao processar as fontes textuais do século XIX, observa-se uma saturação semântica de termos como "infância da humanidade", "estágio teológico" e "selvageria irracional", os quais funcionavam como metáforas conceituais destinadas a naturalizar a supremacia socioeconômica da Europa industrial. A recusa em outorgar estatuto histórico autêntico às sociedades ágrafas decorria de uma rigidez metodológica que identificava o Estado e a escrita como as únicas condições de possibilidade da dignidade humana no tempo.

Os dados demonstram que a introdução da teoria darwiniana da evolução biológica, quando filtrada pelas lentes ideológicas do darwinismo social de Spencer e Lubbock, tendeu a achatar a dimensão cultural da evolução humana sob leis puramente mecânicas de seleção e adaptação ecológica. Nas publicações arqueológicas desse período, os crânios fósseis e as indústrias líticas eram analisados segundo uma lógica estritamente filogenética, como se as ferramentas de pedra lascada fossem extensões somáticas dos organismos, desprovidas de qualquer intencionalidade estética, variação estilística regional ou transmissão de saberes tradicionais por meio da linguagem simbólica.

A ruptura paradigmática promovida pela Escola dos Annales surge nos dados como uma autêntica fratura epistemológica que desarticulou o monopólio do documento escrito. A análise das trajetórias intelectuais de Marc Bloch e Lucien Febvre evidencia que a ampliação do conceito de fonte histórica para abranger paisagens, pólenes fósseis, ossadas e utensílios domésticos não foi uma mera expansão técnica, mas sim uma refundação ontológica do objeto da

história. Os dados textuais de Bloch revelam que o vestígio material passa a ser encarado como uma estrutura de significados que demanda uma decodificação ativa, restituindo às comunidades sem escrita a sua condição de sujeitos históricos plenos.

A aplicação da categoria braudeliana de longa duração às sociedades pré-históricas revelou-se um dos achados mais fecundos da presente análise. Os dados historiográficos demonstram que a estabilidade das técnicas de talhe lítico ao longo do Paleolítico — frequentemente interpretada pelo positivismo como sinal de estagnação mental ou incapacidade inventiva — assume, sob a ótica dos *Annales*, o estatuto de uma estrutura de longa duração de extraordinária eficácia adaptativa e resiliência cultural. Braudel permitiu compreender que os tempos da história não coincidem com o relógio biológico ou com o acontecimento político, possuindo ritmos lentos que governam a relação dos grupos humanos com o seu meio ambiente.

A investigação dos dados relativos à História das Mentalidades, proposta por Jacques Le Goff e Pierre Nora, indicou que as manifestações artísticas do Paleolítico Superior, como as pinturas rupestres de Altamira ou Lascaux, não podem ser explicadas por teorias funcionais simplistas de magia de caça ou ócio estético. Os dados interpretativos revelam que estas representações parietais constituem sistemas complexos de codificação visual, mitogramas que expressam as estruturas mentais profundas, as divisões de gênero e as cosmologias das sociedades caçadoras-coletoras. O conceito de lugar de memória de Nora aplica-se com perfeição a estes espaços cavernosos, que funcionavam como santuários de transmissão do saber esotérico e de consolidação da identidade grupal através das gerações.

No cruzamento dos dados históricos com o Estruturalismo de Claude Lévi-Strauss, constata-se a liquidação teórica definitiva do conceito de mentalidade primitiva. A análise do pensamento selvagem demonstra que as operações lógicas que presidem a classificação da fauna e da flora pelas comunidades ágrafas possuem um rigor intelectual homólogo ao da taxonomia científica ocidental. Os dados revelam que as transições tecnológicas pré-históricas não foram acidentes empíricos casuais, mas sim o produto de um pensamento que atua por meio de analogias, combinatórias e experimentações sistemáticas, desmontando a dicotomia positivista entre o homem racional civilizado e o selvagem governado por impulsos místicos.

A análise dos dados provenientes da antropologia interpretativa de Clifford Geertz evidencia que o registro material da evolução humana necessita ser lido como um texto estratificado. Quando os dados arqueológicos de sítios neolíticos são submetidos a uma descrição densa, as práticas funerárias, a disposição espacial das habitações e os restos de banquetes rituais deixam de ser simples indicadores demográficos ou calóricos para emergirem como expressões de uma teia de significados sociais. Geertz forneceu a ponte metodológica para que a arqueologia contemporânea pudesse acessar a dimensão da ideologia, do parentesco simbólico e das estruturas de poder em períodos muito anteriores ao surgimento da escrita.

Os dados extraídos da obra de V. Gordon Childe põem em relevo o pioneirismo do autor ao acoplar as transformações tecnológicas do registro arqueológico a mutações profundas nas forças produtivas e nas relações sociais. A análise de seus conceitos de Revolução Neolítica e Urbana demonstra que a domesticação de plantas e

animais funcionou como um motor histórico de superação do determinismo ambiental primário. Os dados de Childe evidenciam que a transição para a agricultura gerou excedentes econômicos que propiciaram a divisão social do trabalho, o surgimento de especialistas em tempo integral (artesãos, sacerdotes) e a emergência do Estado, articulando de forma magistral a pré-história material com a história social clássica.

O exame dos dados da Arqueologia Processual de Lewis Binford revela uma notável sofisticação metodológica voltada para a quantificação e o teste de hipóteses ecológicas. Os dados de Binford indicam que os sistemas de cultura funcionam como respostas adaptativas extra-somáticas a estresses ambientais específicos. No entanto, a análise crítica desses dados põe a descoberto os limites do processualismo: ao focar excessivamente em modelos matemáticos de otimização de forrageamento e determinismo sistêmico, a abordagem binfordiana tendeu a apagar o indivíduo histórico, convertendo a evolução humana em um processo automatizado e desumanizado, desprovido de conflitos sociais ou escolhas políticas deliberadas.

Em contrapartida, os dados discursivos da Arqueologia Pós-Processual de Ian Hodder marcam o retorno triunfal da agência humana e da contingência histórica ao estudo do passado profundo. A análise das escavações conduzidas por Hodder no sítio neolítico de Çatalhöyük, na Turquia, demonstra que a cultura material possui uma participação ativa na negociação do poder doméstico, nas diferenciações de gênero e na construção das subjetividades. Os dados pós-processuais desvelam que os objetos materiais possuem uma polissemia intrínseca, funcionando como símbolos que são

constantemente manipulados, reinterpretados e contestados pelos atores sociais no curso de suas práticas cotidianas.

A introdução dos dados das pesquisas de Michael Shanks e Christopher Tilley na presente análise evidencia a falácia das pretensões positivistas de neutralidade e objetividade absoluta na ciência arqueológica. Os dados de Shanks e Tilley demonstram que o arqueólogo não descobre o passado de forma passiva, mas sim o produz ativamente por meio de suas escolhas teóricas, jargões discursivos e exposições museológicas no presente. A paisagem arqueológica, segundo os dados fenomenológicos de Tilley, deixa de ser um mero espaço geométrico ou cenário ecológico para se converter em um espaço vivido e corporificado, repleto de caminhos sagrados, memórias ancestrais e marcos topográficos imbuídos de profundo significado existencial.

Os dados empíricos e teóricos trazidos por Niède Guidon a partir do Parque Nacional da Serra da Capivara exercem uma poderosa função descolonizadora sobre as narrativas tradicionais do povoamento da América. Os dados cronométricos e estratigráficos obtidos por Guidon desafiam as teorias lineares eurocêntricas e norte-americanas que tentavam enclausurar a antiguidade do homem americano dentro de balizas cronológicas estreitas e pré-formatadas. A análise das pinturas rupestres da tradição Nordeste estudadas por Guidon revela uma densidade narrativa extraordinária, retratando cenas de dança, rituais sexuais, caça e conflitos armados que atestam a complexidade das dinâmicas sociais dessas populações paleoamericanas dezenas de milhares de anos atrás.

Do mesmo modo, a análise dos dados bioantropométricos compilados por Walter Neves a partir do esqueleto de Luzia e de outros crânios de Lagoa Santa implode a visão homogênea e unilinear da colonização do Novo Mundo. Os dados estatísticos de morfologia craniana demonstram a coexistência de ondas migratórias biologicamente distintas, sugerindo um cenário paleoantropológico de intensa movimentação, substituição de populações e fluxos gênicos complexos. Essa pluralidade biológica e cultural revelada por Neves converge harmonicamente com a recusa da Escola dos Annales em aceitar explicações simplistas e lineares para os fenômenos históricos, confirmando a necessidade de modelos explicativos dinâmicos e multidirecionais.

A análise conjunta dos dados aponta para o fato de que a superação do positivismo histórico permitiu à Pré-História libertar-se da armadilha do anacronismo tecnológico. Sob o antigo paradigma, a ausência de metalurgia do ferro ou de escrita alfabética era lida como uma falha moral ou cognitiva das sociedades do passado. Os dados contemporâneos demonstram que as chamadas tecnologias primitivas — como a engenharia de lascamento por pressão ou o manejo florestal do neolítico — constituem sistemas complexos de conhecimento empírico altamente sofisticados que exigiam processos de transmissão oral, padronização de gestos e planejamento de longo prazo, equivalentes a qualquer ciência moderna.

Constata-se outrossim que a redefinição teórica dos Annales e do pós-processualismo operou uma profunda democratização do sujeito histórico pré-histórico. Enquanto a arqueologia oitocentista focava quase exclusivamente em monumentos espetaculares, túmulos reais e tesouros de ouro, os dados das escavações

contemporâneas valorizam os contextos domésticos, os refugos de cozinha, as ferramentas descartadas e os microvestígios de sementes. Essa mudança de foco analítico permitiu trazer para o primeiro plano da história as frações invisibilizadas do passado: as mulheres, as crianças, os idosos e os artesãos comuns, cujas vidas cotidianas teceram a verdadeira malha da evolução humana no planeta.

Os dados revelam que o conceito de cultura no Paleolítico e Neolítico passou de uma definição estática e normativa para uma concepção fluida e performativa. Nos relatórios arqueológicos antigos, as culturas eram mapeadas como blocos monolíticos definidos por tipos fixos de machados ou potes cerâmicos, associando-se mecanicamente uma cultura material a uma etnia biológica fixa. A análise dos dados interpretativos de Hodder e Tilley demonstra que as fronteiras culturais na pré-história eram permeáveis, zonas de contato onde os artefatos circulavam como mediadores diplomáticos, presentes de casamento ou símbolos de alianças políticas mutáveis entre grupos historicamente contingentes.

A análise dos dados discursivos referentes à consciência histórica de Jörn Rüsen indica que a transformação epistemológica da Pré-História alterou a forma como a sociedade contemporânea utiliza esse passado para fundamentar suas identidades. O modelo positivista-linear fornecia uma narrativa que legitimava o colonialismo ao mostrar as populações nativas como inferiores atrasadas no tempo. Os dados da historiografia atual, informados pela hermenêutica dos Annales, propiciam uma orientação temporal crítica que valoriza o patrimônio arqueológico como um direito humano fundamental e uma herança viva que deve ser

preservada contra o avanço predatório da mercantilização do espaço urbano.

Mapeou-se também nos dados analíticos a sobrevivência de resistências epistemológicas de corte neopositivista que ainda tentam reduzir a Antropologia da Evolução Humana a uma vertente da psicologia evolucionista ou da sociobiologia determinista. Estas correntes, ao tentarem explicar comportamentos sociais complexos do presente — como as estruturas de parentesco ou as escolhas de parceria sexual — através de supostos módulos mentais fixados no ambiente de adaptação evolucionária do Pleistoceno, cometem um grave anacronismo metodológico. Os dados textuais de Lévi-Strauss e Geertz funcionam como poderosos antídotos contra esses reducionismos, demonstrando que a plasticidade cultural humana recusa qualquer programação biológica mecânica.

A análise da circulação internacional dos dados gerados por cientistas latino-americanos como Guidon e Neves revela a persistência de assimetrias de poder geopolítico na validação do conhecimento científico global. Os dados demonstram que os critérios de prova exigidos para validar sítios arqueológicos com datações recuadas no hemisfério sul são desproporcionalmente mais rigorosos do que os aplicados a sítios de cronologia convencional no hemisfério norte. Essa constatação metahistórica sublinha que a descolonização da Pré-História exige não apenas novas teorias, mas também uma reforma ética nas estruturas editoriais e institucionais que controlam a difusão da ciência arqueológica mundial.

Por fim, a convergência de todos os dados analisados aponta para a consolidação de um novo estatuto ontológico para a Pré-História. Ela

deixa de habitar a periferia da ciência histórica para se situar no seu centro nervoso explicativo. Ao demonstrar que a historicidade, a agência social, a simbolização e a política não nasceram com a primeira tábuia de argila suméria, mas constituem a própria essência definidora do gênero Homo desde as suas origens, a redefinição teórica promovida pela Escola dos Annales, em aliança com as antropologias e arqueologias críticas do século XX, cumpriu a promessa de restituir à humanidade a integridade indissolúvel de sua memória coletiva no tempo.

5. CONCLUSÃO

A presente investigação historiográfica e epistemológica logrou demonstrar de forma inequívoca que a formulação clássica do conceito de Pré-História, herdada do positivismo oitocentista, operou como um anteparo ideológico eurocêntrico que destituiu as sociedades ágrafas de sua intrínseca historicidade e agência cultural. Sob a influência de uma teleologia linear inspirada no cientificismo determinista e nas deturpações do darwinismo social, o historicismo tradicional erigiu a escrita como um limiar ontológico arbitrário, confinando o imenso passado profundo da humanidade a uma narrativa mecânica de evolução puramente biológica e adaptação ecológica cega.

A ruptura paradigmática empreendida pela Escola dos Annales ao longo do século XX representou o golpe definitivo nessa paralisia conceitual, ao fraturar o monopólio documental do texto escrito e inaugurar uma história total, assentada na interdisciplinaridade e na abertura para as ciências humanas irmãs. Ao introduzir categorias revolucionárias como a longa duração de Fernand Braudel e a História das Mentalidades de Jacques Le Goff, a historiografia

francesa forneceu as ferramentas teóricas indispensáveis para interpretar os vestígios materiais não mais como curiosidades mudas, mas como documentos históricos legítimos, plenos de intencionalidade social e espessura simbólica.

A convergência desse movimento de renovação historiográfica com o Estruturalismo de Claude Lévi-Strauss e a Hermenêutica de Clifford Geertz permitiu implodir definitivamente o mito da mentalidade primitiva ou selvagem, revelando que as operações lógicas e os sistemas simbólicos das sociedades ágrafas possuem uma sofisticação cognitiva homóloga à da ciência ocidental contemporânea. Da mesma forma, as contribuições da Arqueologia Processual de Lewis Binford e, fundamentalmente, da Arqueologia Pós-Processual de Ian Hodder restituíram ao artefato a sua condição de participante ativo na negociação cotidiana do poder, da identidade e das relações sociais.

No cenário sul-americano, as pesquisas de vanguarda conduzidas por Niède Guidon e Walter Neves desempenharam um papel crucial na descolonização dos modelos hegemônicos de povoamento do Novo Mundo, revelando uma antiguidade e uma pluralidade bioantropológica que recusam explicações simplistas ou unilineares. Seus achados e formulações teóricas demonstram a necessidade vital de uma ciência histórica descentralizada, capaz de reconhecer as dinâmicas migratórias e as complexidades culturais das populações paleoamericanas a partir de seus próprios contextos arqueológicos.

À luz dessas transformações teóricas e metodológicas, a Pré-História contemporânea reconfigura-se não como um interregno cronológico anterior à aventura humana no tempo, mas como um

campo epistemológico denso, voltado para a elucidação das múltiplas e complexas experiências da humanidade em sua totalidade existencial. A superação das dicotomias clássicas entre natureza e cultura, história e pré-história, consolida-se como um avanço ético e científico irreversível, essencial para assegurar que a diversidade de caminhos trilhados pela nossa espécie seja compreendida em toda a sua riqueza e dignidade.

O quadro teórico e metodológico mobilizado neste artigo confirma a validade da hipótese inicialmente proposta, evidenciando que a superação do reducionismo positivista permitiu a emergência de uma hermenêutica arqueológico-histórica plural, autorreflexiva e culturalmente sensível. A consciência histórica, nos termos propostos por Jörn Rüsen, encontra nessa Pré-História ressignificada um poderoso esteio de orientação temporal para o tempo presente, estimulando a preservação do patrimônio arqueológico como uma herança inalienável de toda a humanidade e um espelho crítico contra as pretensões de qualquer hegemonia civilizacional unilinear.

Cumprido, por fim, assinalar que a agenda de pesquisas sobre a Antropologia da Evolução Humana e a historiografia do passado profundo permanece aberta a novos desafios, exigindo uma vigilância epistemológica constante contra a ressurreição de determinismos genéticos ou sociobiológicos contemporâneos. Ao reafirmar o primado da cultura, da contingência histórica e da agência social desde os albores da hominização, a ciência histórica contemporânea cumpre a sua missão mais nobre: a de desvendar que a humanidade sempre foi, em todos os tempos e espaços, a arquiteta autônoma de seu próprio destino na imensidão do tempo histórico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BINFORD, Lewis R. *In Pursuit of the Past: Decoding the Archaeological Record*. New York: Thames and Hudson, 1983.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BRAUDEL, Fernand. *Écrits sur l'histoire*. Paris: Flammarion, 1969.

CHILDE, V. Gordon. *A Evolução Social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

COMTE, Auguste. *Curso de Filosofia Positiva*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

DARWIN, Charles. *A Origem das Espécies*. São Paulo: Martin Claret, 2014. FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. Lisboa: Editorial Presença, 1989. GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GUIDON, Niède. *As Pinturas Rupestres de São Raimundo Nonato, Piauí*. São Paulo: FUMDHAM, 1992.

HODDER, Ian. *Reading the Past: Current Approaches to Interpretation in Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003. LÉVI-STRAUSS, Claude. *O Pensamento Selvagem*. Campinas: Papirus Editora, 1962.

LUBBOCK, John. *Pre-historic Times, as Illustrated by Ancient Remains, and the Manners and Customs of Modern Savages*. London: Williams and Norgate, 1865.

MORGAN, Lewis Henry. *Ancient Society*. New York: Henry Holt and Company, 1877.

NEVES, Walter A.; HUBBE, Mark. Cranial morphology of early Americans from Lagoa Santa, Brazil: Implications for the settlement of the New World. *Proceedings of the National Academy of Sciences (PNAS)*, v. 102, n. 51, p. 18309-18314, 2005.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares de memória. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica: Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora UnB, 2001.

SHANKS, Michael; TILLEY, Christopher. *Social Theory and Archaeology*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1987.

TILLEY, Christopher. *A Phenomenology of Landscape: Places, Paths and Monuments*. Oxford: Berg, 1994.

TYLOR, Edward Burnett. *Primitive Culture: Researches into the Development of Mythology, Philosophy, Religion, Language, Art, and Custom*. London: John Murray, 1871.

CITAÇÕES INDIRETAS REFERENCIAIS (NOTAS DE MAPEAMENTO DE CONTEÚDO)

Conforme explicitado por Lewis Henry Morgan (1877), a evolução das sociedades humanas dar-se-ia por meio de estágios estritamente tecnológicos e materiais vinculados às noções de subsistência e progresso técnico.

Edward Burnett Tylor (1871) assevera que as manifestações culturais e religiosas das tribos ágrafas contemporâneas operavam como sobrevivências (survivals) de estágios históricos passados já ultrapassados pelo homem europeu moderno.

A formulação conceitual da Pré-História por John Lubbock (1865) sacramentou a fratura entre o tempo natural e o tempo histórico, estabelecendo a ausência de escrita como um atestado de imutabilidade social e carência histórica crônica.

Segundo a perspectiva de Lucien Febvre (1989), a geografia não determina de forma absoluta as ações humanas, agindo antes como um leque de possibilidades (possibilismo) que necessita ser mediado pelas escolhas culturais coletivas no tempo.

Fernand Braudel (1969) demonstra que os modelos matemáticos e estruturais das ciências sociais ganham inteligibilidade quando submetidos à lentidão temporal das conjunturas profundas da longa duração.

Jacques Le Goff (2003) postula a desconstrução da noção tradicional de documento, evidenciando que todo documento é um monumento fabricado pelas relações de poder de uma época, exigindo uma desmontagem metodológica impiedosa.

Pierre Nora (1993) analisa que o surgimento dos lugares de memória decorre da aceleração da história contemporânea, a qual promoveu

a destruição das memórias coletivas espontâneas tradicionais.

De acordo com as premissas de Jörn Rüsen (2001), o conhecimento histórico adquire relevância científica quando se mostra capaz de transformar a experiência do passado em uma ferramenta prática de orientação existencial no presente.

V. Gordon Childe (1978) argumenta que a dinâmica das transformações pré-históricas deve ser apreendida pelas leis socioeconômicas do materialismo, rejeitando visões idealistas ou puramente difusionistas do progresso humano.

Lewis Binford (1983) assevera que o registro arqueológico não é o passado em si, mas um testemunho estático contemporâneo que exige a formulação de teorias de médio alcance (middle-range theory) para traduzir a dinâmica do comportamento extinto.

Ian Hodder (1986) critica a neutralidade metodológica do processualismo, ressaltando que o arqueólogo projeta inevitavelmente seus vieses políticos e contextuais sobre a interpretação do registro material escavado.

Michael Shanks e Christopher Tilley (1987) asseveram que a Arqueologia constitui uma prática política e cultural do presente, cujas narrativas sobre o passado pré-histórico legitimam ou contestam as ideologias de dominação vigentes.

Christopher Tilley (1994) defende a necessidade de uma abordagem experiencial do espaço, na qual o pesquisador reconstrói a relação pré-histórica com os monumentos através da caminhada e da observação corporal direta da topografia.

As pesquisas sistemáticas de Niède Guidon (1992) evidenciam a presença de indústrias líticas antrópicas em camadas estratigráficas profundas no semiárido piauiense, forçando a revisão dos dogmas sobre as migrações paleolíticas no continente americano.

Walter Neves e Mark Hubbe (2005) sustentam, com base em análises multivariadas de morfologia bioantropológica, que a colonização das Américas envolveu populações não mongoloides que ingressaram no continente antes da migração siberiana clássica.

¹ Professor da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), vinculado ao Departamento de História, onde leciona Pré-História e História Antiga Ocidental. Graduado em História e Arqueologia Bíblica, com especializações em Educação, Psicanálise na Educação e Saúde, Arqueologia e Antropologia. Mestre em Teologia Histórica, doutor em Psicanálise (UNIDERC) e em Ciências da Educação (FICS/UNAMA). Coordena o curso de História da UEPB, além de projetos e programas de extensão nas áreas de arqueologia, patrimônio cultural e educação. Atua como pesquisador vinculado ao CNPq e como professor convidado em instituições nacionais e internacionais.

² É graduado em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), mestrando em Teologia pela Florida University of Science and Theology (FUST) e editor-chefe da Editora Antropus. Desenvolve pesquisas nas áreas de historiografia, ensino de História e patrimônio cultural, com interesse na divulgação científica e na produção editorial acadêmica.